

Trabalho e cidadania

Lei de Cotas completa 19 anos promovendo a inclusão da pessoa com deficiência. Página 3



Impresso Especial
9912168554/2007/BA
APAE-Salvador
...CORREIOS...



Pesquisa revela relação entre anemia falciforme e desnutrição

Páginas 4 e 5

Semana do Excepcional é marcada por atividades lúdicas

Página 6

Plano estadual para pessoas com deficiência será implementado

Página 7



TOXINA BOTULÍNICA

A Apae Salvador promoveu, nos dias 30 e 31 de julho, o workshop Toxina Botulínica na Paralisia Cerebral. Segundo o diretor médico da Instituição, o fisiatra José Henrique Dantas, a Apae Salvador é pioneira na especialização de reabilitação pós-toxina botulínica. De acordo com Dantas, a experiência adquirida ao longo dos anos na reabilitação de pacientes credencia a Apae a contribuir para a qualificação de profissionais da área de saúde e difundir a técnica do tratamento. O evento, que reuniu os principais especialistas da Bahia e de São Paulo neste tipo de tratamento, contou com a participação do fisiatra paulista Luiz Botelho.



PREVENÇÃO OFTALMOLÓGICA

Sob o olhar atento do mascote Super Freitas, do Instituto de Olhos Freitas (IOF), os alunos do Centro Educacional Especializado (Ceduc) da Apae Salvador realizaram no dia 11 de junho, os exames de refração ocular, para avaliar e diagnosticar possíveis problemas oftalmológicos. A avaliação foi realizada pelos profissionais do IOF. Segundo o diretor de Comunicação da clínica, Antonio Brito, com o exame será possível identificar crianças com miopia e astigmatismo e outras doenças oftalmológicas. A próxima etapa da ação é identificar as crianças que necessitem de óculos para serem encaminhados à consulta médica com oftalmologistas do IOF e, se necessário, prescrever lentes. A ação beneficiou cerca de 150 alunos do Ceduc.



NOVO NÚCLEO

A Apae Salvador inaugurou, em 29 de julho, o Núcleo de Diagnóstico e Terapia. Localizado na Avenida ACM, 195, na Pituba, próximo a Escola Colméia, o novo espaço é destinado à realização de diagnósticos de distúrbio de equilíbrio, exames de imagens e métodos gráficos. O centro também dispõe de um moderno ginásio de fisioterapia ortopédica e traumatológica, com profissionais especialistas na área. Com a reorganização dos serviços, o espaço na Alameda Verona, na Pituba, anteriormente utilizado para alguns atendimentos do Centro Médico, passará a abrigar a área técnica dos Programas de Triagem Pré-Natal e Neonatal, que serão ampliados.



MAIS PRÊMIOS

A Câmara Municipal de Salvador concedeu a superintendente da Apae Salvador, Ilka Carvalho, o prêmio Cidadão Voluntário – Santa Casa de Misericórdia. A cerimônia, realizada em 26 de julho, no plenário Cosme de Farias, foi presidida pelo vereador Téo Senna, autor da proposição. A superintendente, que recebeu o prêmio das mãos do vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Victor Ventim, o dedicou aos alunos, voluntários, pais e colaboradores da Apae. “São eles que me mostram todo santo dia a beleza de ser um eterno aprendiz”, disse.



OPAXORÔ

A Opaxorô Cia de Dança e Percussão da Apae Salvador iniciou no mês de junho uma longa turnê de apresentações pelo Estado. Os projetos artísticos do grupo foram selecionados em editais culturais do Banco do Brasil, Bahiagás, Secretaria de Cultura da Bahia e Fundação Cultural da Bahia.

INTERCÂMBIO DE GESTORES

Nos dias 27, 28 e 29 de julho, a Apae Salvador promoveu o III Sistema de Intercâmbio de Gestores das Apaes (III Siga). O objetivo do encontro, que reuniu representantes de 16 unidades do interior do estado, foi promover a troca de experiências entre gestores e colaboradores das Apaes do interior da Bahia, para que aprimorem as suas práticas no âmbito da gestão institucional.



Na verdade, a vida fica completa quando temos a oportunidade de participar de todo processo produtivo da humanidade, ou seja, do mundo do trabalho. Nessa etapa, alcançamos a plenitude, conquistamos a autogestão e nos tornamos cidadãos. Isto acontece com todos e também com a pessoa com deficiência. Este ano, a Lei de Cotas, artigo 93 da Lei 8.213/91, está completando 19 anos. Trata-se de uma das melhores conquistas para a pessoa com deficiência, porque obrigou as empresas a incorporá-los em seus quadros. A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho permitiu que os deficientes pudessem conhecer e reconhecer seu potencial.

Hoje, já existem empresas que não contratam funcionários com deficiência só por obrigação, mas, sim, porque acreditam que elas são capazes e podem dar conta do serviço. O Ministério Público do Trabalho tem incentivado e colaborado bastante. Mas o fato é que as pessoas ditas normais já estão se habituando a conviver e a trabalhar com o deficiente.

Para receber uma pessoa com deficiência, as empresas precisam preparar suas lideranças, pois delas depende a aceitação ou não do grupo. Deve-se promover palestras, buscar orientações sobre a melhor maneira de agir, enfim, se preparar para bem acolher a pessoa com deficiência, para que ela se sinta integrada e confiante. Quando isso acontece, verifica-se que o desenvolvimento deles é tão bom quanto o de qualquer outro. Por isso, é muito importante que os colaboradores das empresas que empregam deficientes acreditem e apoiem a empresa que está apostando na diversidade.

Receber uma pessoa com deficiência é um crescimento para a empresa, pois com certeza os colaboradores se tornam mais solidários, e passam a refletir mais sobre, trabalhando com mais inspiração e mais consciência emocional.

É muito importante que estes jovens sejam preparados para o trabalho. Mas, nada adianta ter a Lei se não podemos suprir as exigências do mercado, por falta de recursos para a capacitação dessas pessoas. A continuidade da liberação de recursos do Fundo do Amparo ao Trabalho (FAT), pela Secretaria Estadual do Trabalho, é muito importante. Esses repasses, porém, têm diminuído progressivamente. Através do FAT preparamos muitos dos nossos aprendizes que hoje atuam no mercado de trabalho.

Foi, por meio dos recursos deste Fundo que preparamos nossos jovens, que antes diziam ser um peso para a família e que hoje, ajudam a sustentar suas casas.

As pessoas com deficiência intelectual podem, em muitos casos, não conseguir ler ou escrever, mas conseguem desenvolver várias outras atividades, quando orientadas e treinadas. Como dizia Thomaz Edson, há sempre uma forma de fazer algo melhor. O que temos que fazer é encontrá-la.

Ilka Santos de Carvalho
Superintendente da Apae Salvador



Apae Salvador

Uma publicação da Apae Salvador ■ Endereço: Rua Rio Grande do Sul, 545 - Pituba - Salvador - Bahia ■ Fone: (71) 3270-8300 ■ www.apaesalvador.org.br ■ apae@apaesalvador.org.br ■ twitter.com/apaesalvador ■ youtube.com/apaesalvador ■ Presidente: Derval Freire Evangelista ■ Vice-presidente: Maria do Carmo Brito de Moraes ■ 1ª secretária: Tânia Godinho ■ 2ª secretária: Terezinha Miranda ■ 1º Tesoureiro: José Ramos dos Santos ■ 2º Tesoureiro: Natanael de Oliveira ■ Diretor de Patrimônio: Alair Terra do Amaral ■ Diretora Social: Margarida Luz ■ Procurador Jurídico: Dr. Antônio Protázio Magnavita ■ Procuradora (adjunto): Dra. Corina Tereza Costa Santos ■ Superintendente: Ilka Santos de Carvalho ■ Assessora Institucional: Angela Ventura ■ Projeto editorial/edição/redação: Em Pauta Comunicação e Marketing - Tel: (71) 3342-3445 ■ Jornalista Responsável: Clarissa Amaral - DRT/BA 956 ■ Projeto gráfico e editoração eletrônica: Virginia Yoemi Fujiwara ■ Fotolito e impressão: Venture Gráfica e Editora - (71) 3331-0555.

Lei de Cotas para deficientes completa 19 anos

A Lei 8.213/91, a chamada *Lei de Cotas para deficientes*, completou em 24 de julho último, 19 anos de existência. Embora pouco divulgada, a lei, que determina cotas mínimas de trabalhadores com algum tipo de deficiência para as empresas com 100 ou mais empregados, tem beneficiado muitos deficientes que hoje estão inseridos no mercado de trabalho.

Pela legislação, todas as empresas com mais de 100 empregados são obrigadas a preencher uma parcela de seus cargos ou funções com pessoas com deficiência, nas seguintes proporções: de 100 a 200 empregados com 2% do seu quadro de pessoal; de 201 a 500 com 3%; de 501 a 1.000 com 4% e acima de 1.001 com 5%.

As empresas que não cumprirem a determinação estão sujeitas a multas, de acordo com a Portaria MPS nº142, de 11 de abril de 2007: de R\$1.195,13 a 1.434,16 para empresas de 100 a 200 empregados; R\$ 1.434,16 a R\$ 1.553,67 para empresas de 201 a 500 empregados; de R\$ 1.553,67 a R\$ 1.673,18 para empresas de 501 a 1.000 empregados; e de R\$ 1.673,18 a R\$ 1.792,70 para empresas com mais de 1.000 empregados. O valor máximo não pode ultrapassar R\$ 119.512,33

O Centro de Formação e Acompanhamento Profissional (Cefap), da Apae Salvador, vem atuando em parceria com o Ministério do Trabalho, Emprego e Renda e o Ministério Público do Trabalho, para capacitar e inserir no mercado de trabalho, pessoas com deficiência intelectual. Ao longo da sua existência, o Cefap já promoveu a inclusão de mais de 350 pessoas no mundo do trabalho.

Inaugurado em 1977, o Cefap vem capacitando pessoas com deficiência intelectual nas mais variadas funções. Em um primeiro momento, os aprendizes são avaliados por uma



A inclusão no mundo do trabalho reforça a auto estima da pessoa com deficiência

equipe especializada de profissionais composta por assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais e pedagogos e, em seguida, encaminhados para as atividades cotidianas de capacitação. O programa é dividido em três etapas: Iniciação para o Trabalho, Qualificação Profissional e Colocação no Trabalho.

A Iniciação para o Trabalho identifica as potencialidades e promove o desenvolvimento de competências das pessoas com deficiência através de oficinas para sondagem de aptidões vocacionais. A etapa denominada de Qualificação Profissional tem o objetivo de capacitar as pessoas em áreas apontadas como tendências da demanda de mercado, preparando os cidadãos para enfrentarem os desafios do mundo.

A proposta de qualificação propicia o desenvolvimento das habilidades básicas específicas e de gestão, através de cursos nas mais diversas áreas: copa e cozinha, serviços gerais, jardinagem e paisagismo, estuqueiro, pedreiro, panificação e confeitaria e lanches comerciais. A programação possibilita a oferta de cursos a empresas que necessitam de uma mão-de-obra direcionada para as expectativas do mercado. A última etapa é a Colocação no Trabalho. Essa etapa pressupõe a inclusão propriamente dita no mercado de trabalho, nas mais variadas funções.

Conheça as políticas internacionais de incentivo ao Trabalho

As políticas internacionais de incentivo ao trabalho das pessoas com deficiência envolvem providências que vão desde a reserva obrigatória de vagas até incentivos fiscais e contribuições empresariais em favor de fundos públicos destinados ao custeio de programas de formação profissional, no âmbito público e privado. Veja como alguns países tratam a questão:

Portugal: A legislação estabelece cota de até 2% de trabalhadores com deficiência para a iniciativa privada e de, no mínimo, 5% para a administração pública.

Espanha: Um decreto assegura o percentual mínimo de 2% para as empresas com mais de 50 trabalhadores fixos. Já a Lei nº 63/97 concede uma gama de incentivos fiscais, com a redução de 50% das cotas patronais da seguridade social.

França: O Código do Trabalho francês reserva 6% dos postos de trabalho em empresas com mais de 20 empregados.

Itália: A lei estabelece que as empresas públicas e privadas com mais de 50 empregados devem contratar 7% do seu quadro com pessoas com deficiência. Empresas com 36 a 50 empregados, devem contratar duas pessoas com deficiência, e as empresas com 15 a 35 trabalhadores, devem manter pelo menos uma com deficiência.

Alemanha: Estabelece para as empresas com mais de 16 empregados uma cota de 6%, incentivando uma contribuição empresarial para um fundo de formação profissional de pessoas com deficiência.

Áustria: Reserva 4% das vagas em empresas com mais de 25 empregados.

Argentina: Percentual de 4% para a contratação de servidores públicos e incentivos fiscais para empresas privadas.

Pesquisa revela características

Desenvolvido a partir do material colhido no Teste do Pezinho, estudo detecta relação da doença com a desnutrição



O que é doença falciforme

Anemia falciforme é uma doença hereditária caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos do sangue, tornando-os parecidos com uma foice, daí o nome falciforme. Essas células têm sua membrana alterada e rompem-se mais facilmente, causando anemia. A hemoglobina, que transporta o oxigênio e dá a cor aos glóbulos vermelhos, é essencial para a saúde de todos os órgãos do corpo. Essa condição é mais

A Apae Salvador divulgou, em 7 de junho, o resultado da pesquisa *Parâmetros clínicos e laboratoriais associados ao estado nutricional de crianças com doença falciforme acompanhadas no Serviço de Referência em Triagem Neonatal da Bahia*. Trata-se de estudo sobre a evolução da doença falciforme na Bahia e sua relação com o estado nutricional das crianças diagnosticadas através do Teste do Pezinho. Instituição de referência do Ministério da Saúde para a execução do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) no estado, a Apae Salvador é responsável pela realização do Teste do Pezinho nos 417 municípios baianos. A pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa Científica (Nupec) da Apae tem por base os dados colhidos nos exames realizados em crianças de 1 a 4 anos de idade.

O levantamento foi apresentado um dia após o transcurso do *Dia Nacional do Teste do Pezinho (6/6)*, que foi instituído pelo governo federal, em 2008, com o objetivo de conscientizar a sociedade para a importância do exame na prevenção e controle de doenças que podem deixar graves se-

quelas nos portadores que não forem diagnosticados precocemente. Este ano, nessa mesma data, foi comemorado também os 100 anos da descoberta da Doença Falciforme.

Segundo a médica e pesquisadora Tatiana Amorim, a pesquisa teve o objetivo de descrever a incidência e a gravidade da desnutrição nos primeiros quatro anos de vida das crianças atendidas na Bahia pelo Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), além de investigar a relação entre o índice de morbidade no primeiro ano de vida e o estado nutricional desses pacientes entre um e dois anos de idade.

Foram pesquisadas 347 crianças de 1 e 4 anos diagnosticadas pelo Teste do Pezinho e acompanhadas pelo SRTN da Apae Salvador. Durante o período da pesquisa, todos os dados das consultas médicas foram registrados numa base de dados, observando-se algumas variáveis: idade na primeira consulta; número total de complicações diagnosticadas durante a pesquisa; ocorrência e número de crises de dor e de internamentos no 1º ano de vida; padrão e tempo de aleitamento materno; tipo de doença falciforme;

comum em indivíduos afrodescendentes.

Sintomas: a anemia falciforme pode se manifestar de forma diferente em cada indivíduo. Uns têm apenas alguns sintomas leves, outros apresentam um ou mais sinais. Os sintomas geralmente aparecem na segunda metade do primeiro ano de vida da criança.

Crise de dor: é o sintoma mais frequente da doença falciforme causado pela obstrução de pequenos vasos sanguíneos pelos glóbulos vermelhos em forma de foice. A dor é mais freqüente nos ossos e nas articulações;

Icterícia (cor amarela nos olhos e pele): é o sinal mais frequente da doença. O quadro não é contagioso e não deve ser confundido com hepatite. Quando o glóbulo vermelho se rompe, aparece um pigmento ;

Síndrome mão-pé: nas crianças peque-

nas as crises de dor podem ocorrer nos pequenos vasos sanguíneos das mãos e dos pés, causando inchaço, dor e vermelhidão no local;

Infecções: as pessoas com doença falciforme têm maior propensão a infecções e, principalmente as crianças podem ter mais pneumonias e meningites;

Úlcera (ferida) de perna: ocorre mais freqüentemente próximo aos tornozelos, a partir da adolescência. As úlceras podem levar anos para a cicatrização completa, se não forem bem cuidadas no início do seu aparecimento ;

Sequestro do sangue no baço: o baço é o órgão que filtra o sangue. Em crianças com anemia falciforme, o baço pode aumentar rapidamente por sequestrar todo o sangue e isso pode levar rapidamente à morte por falta de sangue para os outros órgãos.

da doença falciforme na Bahia

forme; níveis médios de hemoglobina (Hb) e de ferritina (reserva de ferro) no início do acompanhamento e no primeiro ano de vida.

O estado nutricional das crianças foi avaliado em dois formatos. No primeiro, foi observada a presença, ausência ou gravidade da Desnutrição Energético-Protéica (DEP). No segundo formato, foram avaliados os indicadores de altura e peso para idade, utilizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a classificação nutricional. A partir daí foram definidos quatro pontos de corte para análise dos indicadores nutricionais, aos 12, 24, 36 e 48 meses de vida. Os dados obtidos na pesquisa foram, então, cruzados com estudos anteriores, realizados em crianças normais de 0 a 5 anos de idade, da cidade de Salvador.

RESULTADOS - O resultado da pesquisa foi surpreendente. Apesar de a doença falciforme aumentar o risco de desnutrição, observou-se que em crianças diagnosticadas pelo Teste do Pezinho e tratadas e acompanhadas precocemente pelo SRTN, o índice de desnutrição foi menor do que em crianças sem a doença falciforme da mesma faixa etária. A incidência de desnutrição na população pesquisada está mais relacionada ao tipo de doença falciforme, a ocorrências de internamentos e aos níveis de hemoglobina, que estão relacionados com maior gravidade da doença.

Para Tatiana Amorim, o melhor desempenho antropométrico (composição corporal) apresentado pelas crianças acompanhadas no SRTN em relação às normais reflete o acompanhamento interdisciplinar em saúde iniciado nos primeiros meses de vida, embora se perceba que as características relacionadas com maior gravidade da doença influenciam de forma mais significativa na incidência de desnutrição nesses pacientes.

Médico baiano é responsável pelo primeiro registro da doença no Brasil

O primeiro diagnóstico da doença falciforme data de 1910, quando o médico norte-americano James Herrick observou o formato peculiar das hemácias de um estudante negro que sofria de anemia. Mas os sintomas relacionados a crises de células falciformes já eram conhecidos por vários nomes na África, muito antes de serem reconhecidos no hemisfério norte. Tais sintomas vinham sendo monitorados desde 1670, por médicos europeus, em famílias da África Ocidental.

No Brasil, o primeiro registro da doença falciforme foi do médico baiano Jessé Acioli que, em 1947, pioneiramente

levantou a hipótese de uma herança autossômica recessiva para a anemia falciforme. O artigo de Jessé Accioly, intitulado *Anemia falciforme: relato de um caso com infantilismo* foi publicado como artigo completo no volume II, de 1947, dos Arquivos da Universidade Federal da Bahia. Simultaneamente, neste mesmo ano, o médico norte-americano, James Néel, levantou a mesma possibilidade em seu artigo de revisão *The Clinical Detection of the Genetic Carriers of Inherited Disease*, publicado na revista *Medicine*. Dois anos depois, Neel comprovou a hipótese na revista *Science*, ao estudar 21 famílias de crianças com anemia falciforme.

Incidência na Bahia é a maior do país

A anemia falciforme é um problema de saúde pública. No Brasil, a doença chegou juntamente com as primeiras levas de africanos escravizados. A Bahia é o estado brasileiro que registra a maior incidência da doença. Segundo dados do Ministério da Saúde, são registrados no estado 40 novos casos por mês e 600 por ano, contabilizando mais de 15 mil portadores. De acordo com dados da Associação Baiana de Portadores de Doenças Falciformes (Abadfal), somente na capital baiana, existem, hoje, 270 mil pessoas com o gen da doença. Veja abaixo os indicadores por estado da Federação:

Estado	Nascidos vivos/ano
Bahia	1: 650
Rio de Janeiro	1: 1.200
Pernambuco	1: 1.400
Maranhão	1: 1.400
Minas Gerais	1: 1.400
Goiás	1: 1.400
Espírito Santo	1: 1.800
Rondônia	1: 2.550
Acre	1: 3.500
São Paulo	1: 4.000
Mato Grosso do Sul	1: 8.360
Rio Grande do Sul	1: 11.000
Santa Catarina	1: 13.500
Paraná	1: 13.500

Fonte: Ministério da Saúde

Programa reduz riscos da doença

O Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) é fruto de uma parceria entre o Ministério e as secretarias estaduais e municipais de saúde, que visa oferecer a todos os bebês, gratuitamente, através do SUS, o direito ao exame, acesso ao tratamento e o acompanhamento permanente das doenças detectadas. Na Bahia, a Apae de Salvador é a instituição credenciada oficialmente pelo PNTN como Serviço de Referência em Triagem Neonatal. Pelo SUS, o teste identifica três doenças: anemia falciforme, hipotireoidismo congênito e fenilcetonúria, sendo que as duas últimas podem levar à deficiência intelectual.

Apesar de não estar relacionada ao retardo mental, a anemia falciforme entra na triagem porque é uma doença genética muito freqüente na população baiana e o seu tratamento é mais eficaz quando a criança recebe cuidados desde pequena. A anemia falciforme traz muitos problemas clínicos, como anemia, infecções muitas vezes fatais em crianças de até 5 anos de idade, dores generalizadas e complicações crônicas na vida adulta, a exemplo da insuficiência renal. Mas quando há a possibilidade de orientar a família desde cedo e introduzir medicações, a criança tem uma evolução melhor.

Apae promove reflexão sobre direitos da pessoa com deficiência intelectual

Como acontece anualmente, a Apae Salvador promoveu, no período de 21 a 27 de agosto, a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, que tem o objetivo de chamar a atenção da sociedade para as potencialidades que podem ser desenvolvidas pela pessoa com deficiência intelectual. Durante este período foram realizadas diversas atividades e ações de mobilização para possibilitar uma reflexão maior sobre a cidadania dessas pessoas. Este ano, a Semana teve como tema *Autogestão e Autodefensores: conquistando caminhos para ser e conviver*.

A programação da semana começou nos dias 21 e 22 de agosto, com a *Caravana da Inclusão Cultural*, promovida pela Opaxorô Cia de Dança, formada por alunos e aprendizes da Instituição, que se apresentaram no Teatro do CDL, em Feira de Santana, com três espetáculos: *Contando Histórias*, *O Malandro* e *Orquestra de Atabaques*.

No dia 23, a programação começou com a atividade *Conversando sobre saúde bucal*, que aconteceu pela manhã e a tarde, no auditório da sede da Apae Salvador, na Pituba. O ponto alto da programação, porém, foi no dia 24, quando aconteceu, o *II Encontro de Irmãos de pessoas com deficiência intelectual*. Com o tema *Eu tenho um irmão diferente. Vamos conversar sobre isso?* o evento teve o objetivo de dar oportunidade aos familiares dos alunos e aprendizes da Instituição de contar a sua própria experiência sobre a convi-



O espetáculo *O Malandro* foi uma das atrações da Semana

vência com o irmão que tem deficiência intelectual.

No dia 25, a programação prosseguiu na sede do Centro de Formação e Acompanhamento Profissional (Cefap), na avenida Jequitaia, com a III Mostra de Artes Marciais e outras Culturas. No dia seguinte, a programação foi esportiva, com a Copa de Handebol, que aconteceu na Escola Parque, na Caixa D'Água. Neste mesmo dia, o grupo Opaxorô voltou a apresentar o espetáculo *O Malandro*, desta vez no Centro Cultural de Plataforma, no Subúrbio Ferroviário.

Encerrando a programação, no dia 27, no auditório da sede da Apae, na Pituba, foi realizada a Oficina Pedagógica: o jogo na sala de aula como estratégia inclusiva. O evento foi dirigido aos professores da rede pública e privada de ensino que recebem estudantes com deficiência intelectual, mas contou também com a participação de alunos da Apae. A oficina contou ainda com apresentação dos grupos de Capoeira e o Opaxorô da Instituição.



O II Encontro de Irmãos possibilitou a troca de experiências

As armadilhas da democracia

A democracia, durante o decurso da História, têm apresentado, diversas contradições, como exemplo podemos citar: o julgamento de Sócrates, condenado à morte, por um júri de 60 homens; Fareed Zakaria em seu livro "O Futuro da Liberdade", chega a afirmar que tal julgamento foi democrático, mas não justo.

Temos conhecimento ainda, que alguns governantes ao redor do mundo, eleitos pelo voto popular, são piores que alguns ditadores; Recordemos à ascensão do partido de Hitler ao poder pelo voto popular. Sendo assim, não é demais, às vésperas de eleições como estamos alertar que apenas democracia não é garantia de bons governantes. É preciso mais, ou seja, o eleitorado atento, ponderado e reflexivo, que não se deixe seduzir pelos discursos, promessas e propagandas.

Faz-se necessário mergulhar na história do País, dos partidos e dos candidatos; o eleitorado precisa buscar conhecer as ideologias que estão por trás, de cada agremiação partidária. Tal leitura é imprescindível para que o país não retroceda a épocas amargas, para que não condenemos nós mesmos os dias que não gostaríamos de recordar.

É fato que um povo bem educado elege melhor, porém é incontestável que uma população aprende com seu sofrimento, pode votar corretamente e se nós ainda não dispomos de educação de qualidade, pelo menos sofrimento na nossa história não falta. Todos os povos chegam a determinados momentos no seu processo histórico que devem olhar para trás e ler a lição escrita em suas próprias pegadas, para que não caiam em armadilhas as quais ocorrem mesmo na democracia.

Segundo Fareed Zakaria a Índia de Nerú era ditatorial, porém respeitadora das oposições, das instituições constituídas e da livre imprensa, no entanto paradoxalmente a Índia atual é democrática, todavia os que estão no poder, praticam atos que violam a lei a todo o momento. Contudo, não estou aqui a defender a ditadura e nem reprovar a democracia, aliás, a bem da verdade me declaro adepto desta, apenas lembrando que a mesma é regida por seres humanos e para que seja ética depende de homens e mulheres éticos também

Em meio a entrelinhas estou a dizer: É incalculável a importância do voto. Sob nenhuma forma devemos menosprezá-la. Talvez, não exista momento, na vida, em que as pessoas sejam tão iguais! Pois o voto do pobre vale tanto quanto do rico, o do índio, e tem o mesmo valor que do homem branco, o da mulher tanto quanto do homem e um instrumento tão valioso não deve ser cotado abaixo do seu valor real em circunstância alguma.

Fausto Joaquim

Autor dos Livros: *Águias sem asas*, *Diga ao mundo que sou Deus* e *Cascata de Poemas*

Plano Estadual vai garantir direitos da pessoa com deficiência

A Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos apresentou em 24 de agosto último, a primeira versão do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tem o objetivo de propor soluções efetivas de inclusão e de acessibilidade nos diversos aspectos de realização da vida desse segmento da população.

O Plano foi elaborado pela Coordenação Executiva dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Cordef), da Secretaria de Justiça, em parceria com representantes de organizações públicas, privadas e da sociedade civil organizada, e se constituiu em um grupamento de propostas norteadoras das políticas vigentes, com vistas a garantir, efetivamente no estado, uma rede de apoio, educação, acesso ao trabalho, a cultura, aos esportes e ao lazer da pessoa com deficiência.

A proposta foi validada pelo Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (CGEPD) e, posteriormente, pelo Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (COEDE). Entre as principais propostas encontram-se: fortalecimentos e capacitação de conselhos municipais para viabilizar maior participação das Pessoas com Deficiência nas políticas públicas do Estado; implantação do passe livre intermunicipal no estado; e a criação do Programa Bahia Acessível.

O Plano parte do pressuposto de que a situação da deficiência é produzida muitas vezes na interação social, não é apenas a consequência das características próprias da deficiência. Os fatores sociais, ambientais e culturais devem se tornar facilitadores e não obstaculizadores. Nesse sentido, as propostas visam promover uma maior participação social da pessoa com deficiência na vida política, equiparando oportunidades e garantindo acessibilidade.

Conheça agora algumas das ações já em curso ou em implantação:

Saúde: Implantação do Centro Estadual de Prevenção e Reabilitação de Deficiências (Cepred), através de um convênio firmado pela Secretaria de Saúde e o Ministério da Saúde, para a formação de técnicos ortesistas e protesistas, garantindo a qualidade do material fornecido pela rede de saúde aos portadores de deficiência física.

Educação: Programa de Implementação e Desenvolvimento da Educação que visa assegurar às pessoas com deficiência as condições objetivas de acesso ao currículo de educação básica, na perspectiva da sua inclusão. Já existem quatro centros de educação especial implantados em Salvador, dois em Feira de Santana e serão inaugurados até o fim do ano, sete novos centros nas cidades de Jequié, Caetité, Itabuna, Serrinha, Ribeira do Pombal e Santo Antônio de Jesus

Trabalho: Intermediação de mão de obra de trabalhadores com deficiência, através do SineBahia, com a implantação do acompanhamento de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos processos seletivos com candidatos deficientes auditivos.

Direitos Humanos: O Estado aderiu a Campanha Nacional de Acessibilidade, deflagrada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e vem investindo em ações que visam garantir que todas as obras de construção ou reforma executadas nas instituições públicas sejam realizadas dentro da legislação de acessibilidade. Além disso, implantou, através da Secretaria de Justiça, oficinas de qualificação para acessibilidade, dirigidas a coordenadores, professores e estudantes de arquitetura e urbanismo, com o estímulo para inclusão do conteúdo de acessibilidade nos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

A efetividade do Plano

O Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência constitui um avanço na política de universalização dos direitos e aponta a possibilidade para a concretização dos princípios de igualdade e oportunidade. Esta conquista tem suas raízes históricas nas lutas dos movimentos sociais há mais de 50 anos e é fruto do esforço conjunto de milhões de brasileiros, dispostos a pleitearem a justiça, o reconhecimento e a dignidade humana da pessoa com deficiência.

Hoje todos os direitos das pessoas com deficiência estão assegurados em legislações internacionais e nacionais: Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pela ONU em agosto de 2006; a Constituição de 88, a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96; Lei 403/85 que institui o "Símbolo Internacional de Acesso"; Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA); Lei 8.899/94 que institui o Passe Livre; Lei 10.098/2000 da Acessibilidade; Lei 10.436/2002 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; Lei 11.133/2005 Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

Entretanto, não basta criar dispositivos legais, é preciso criar ações que promovam a sua efetividade, para tal, é necessário uma mudança de atitude por parte da sociedade civil e dos representantes das três esferas de governo, principalmente no que tange a definição orçamentária e liberação dos recursos.

No que diz respeito à sociedade civil é urgente que a mesma passe a compreender que o respeito à dignidade humana independe de sua condição de deficiência. Esta tarefa de sensibilização da sociedade, para mudança de cultura e de paradigmas, pode e deve ser realizada pelos meios de comunicação de massa e pela escola, através de estratégias metodológicas e de adequação dos espaços físicos.

Maria do Carmo Britto de Morais é vice-presidente da Apae Salvador, mestre em Enfermagem Médico-cirúrgica e professora universitária



“Pessoa com deficiência é exemplo de responsabilidade, comprometimento e superação”

O gestor de Recursos Humanos e Relações Institucionais da Rede de farmácias Sant’Ana, Walter Ramos da Fonseca, é, há 10 anos, o responsável por todo o processo admissional na empresa. Defensor intransigente da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, nessa entrevista ao Apae Salvador, ele revela os benefícios do trabalho inclusivo e, afirma categoricamente, que a PcD é exemplo de responsabilidade, comprometimento e superação. Veja a seguir:

Apae Salvador - O que a empresa deve fazer para evitar que o empregado com deficiência intelectual seja tratado de forma preconceituosa?

Walter Fonseca - A prática nos tem mostrado que funcionários com deficiência muitas vezes são exemplo de responsabilidade, comprometimento e superação.

AS - O que deve ser observado para a integração do empregado com deficiência no ambiente de trabalho?

WF - Analisar individualmente as incapacidades e direcioná-los para atividades possíveis de serem executadas.

AS - O que mudou na empresa após a contratação de pessoas com deficiência?

WF - A preocupação social ficou mais cristalizada, a partir do momento em que passamos a conviver com essas pessoas. Além disso, muitos funcionários passaram a valorizar mais suas possibilidades intelectuais e motoras, tornando-os melhores profissionais.

AS - O que a empresa deve observar na seleção de empregado com deficiência?

WF - Facilidade cognitiva, dispo-

nibilidade e interesse por uma atividade laborativa.

AS - As empresas que inserem pessoas com deficiência são mais simpáticas para o consumidor?

WF - Sem dúvida alguma, embora funcione apenas como um adendo. Como disse anteriormente, a PcD não é considerada um ser privilegiado, um coitadinho que precisa de cuidados especiais. Definida sua área de atuação condizente com sua realidade, os resultados serão cobrados.

AS - O que levou sua empresa a contratar pessoas com deficiência intelectual?

WF - A disponibilidade, embora tenhamos que observar o seu grau de comprometimento, pois lidamos com medicamentos, inclusive de uso controlado. Além disso, são acondicionados em embalagens que podem eventualmente trazer danos se mal utilizados.

AS - Como foram preparados os funcionários para lidar com a diversidade?

WF - No primeiro momento, por meio de palestra ministrada por técnicos da APAE. A partir daí a aceitação tem sido automática, com restrições apenas pontuais e administráveis.